

# Infância, gênero e sexualidade: olhares que se entrecruzam entre escola e família.

Fernandes, Noeli Aparecida y Finco, Daniela.

Cita:

Fernandes, Noeli Aparecida y Finco, Daniela (Junio, 2024). *Infância, gênero e sexualidade: olhares que se entrecruzam entre escola e família*. 6tas Jornadas de Estudios sobre la Infancia, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/noeli.fernandes/2>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/pOro/r9B>



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.  
Para ver una copia de esta licencia, visite  
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es>.

*Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.*

**SEXTAS JORNADAS DE ESTUDIOS SOBRE LA INFANCIA**  
**Las infancias en América Latina entre diversidades, jerarquías y derechos**  
**(siglos XIX a XXI)**

**Eje 4. Cuerpos, géneros y sexualidades**

**Infância, gênero e sexualidade: olhares que se entrecruzam**  
**entre escola e família**

Noeli Aparecida Fernandes<sup>1</sup>

Daniela Finco<sup>2</sup>

**Introdução**

Este trabalho apresenta reflexões sobre como as questões de gênero e sexualidade permeiam as relações entre crianças, docentes e famílias na instituição de Educação Infantil, a partir de olhares que se entrecruzam. Traz os resultados de uma pesquisa de mestrado (Fernandes, 2021) desenvolvida em uma escola de Educação Infantil da rede municipal de São Paulo - Brasil, a partir da realização de dinâmicas lúdicas com crianças e entrevistas semiestruturadas com famílias.

Parte da concepção de que as instituições de Educação Infantil são importantes espaços de socialização das crianças, podendo promover uma educação para a diversidade de gênero e a cidadania. É que a discussão das relações de gênero na Educação Infantil pode representar a possibilidade de uma educação mais igualitária, que respeite a criança na construção de suas identidades, considerando que a forma como meninos e meninas estão sendo educados/as pode contribuir para se tornarem mais completos e/ou para limitar suas iniciativas e suas aspirações (Finco, 2020; Fernandes; Finco, 2022).

---

<sup>1</sup> Mestra em Educação pela Universidade Federal de São Paulo – Unifesp, Brasil. Integrante do Grupo de Pesquisa Gênero, Educação da Pequena Infância Cultura e Sociedade - Unifesp Guarulhos - Brasil. Atuou como professora e supervisora escolar da Rede Municipal de Educação de São Paulo. E-mail: fernandesnoeli17@gmail.com.br

<sup>2</sup> Professora Associada do Departamento de Educação e do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Gênero, Educação da Pequena Infância Cultura e Sociedade - Unifesp Guarulhos - Brasil. E-mail: dfinco@unifesp.br

No Brasil, nos últimos anos pudemos acompanhar a força de movimentos conservadores, que buscam criar um contexto de confusão e ameaças, sobre o direito das mães e pais de educarem suas/seus filhas/filhos. Estudos sinalizam como o gênero vem sendo usado para a disseminação de pânico moral, em relação à educação das crianças.

A transnacionalização dos movimentos antigênero, presentes tanto na América Latina, quanto na Europa, revela a tentativa de imposição de uma agenda antigênero nas instituições de educação. Manifestações como as do movimento político reacionário “Escola Sem Partido”, com ideias difundidas com as palavras de ordem *#ConMisHijosNoTeMetas*<sup>3</sup>, serviram de suporte para a construção de um pânico moral e confusão em relação à construção da identidade de gênero e a sexualidade na infância (Martínez Beterette, 2021).

Considerando a necessidade de problematizar tal contexto, buscamos refletir sobre como as questões de gênero se fazem presentes na relação entre as famílias e a instituição educacional, assim como no processo educativo das crianças. Procuramos compreender o contexto de uma educação compartilhada, que implica no encontro de famílias e profissionais que possuem perspectivas diferentes sobre a educação e as necessidades das crianças, demandando uma constante negociação, refletindo sobre as situações que envolvem as crianças e os conflitos de gênero, tendo como princípio a centralidade da criança na Educação Infantil.

Deste modo, o conceito de gênero nos auxilia a problematizar e a compreender as complexas relações entre natureza e cultura, bem como nos ajuda a desvendar as formas de educação da infância, revelando a reprodução da cultura sexista e heteronormativa da nossa sociedade patriarcal. Compreendemos gênero como a organização social da diferença sexual (Scott, 1995), como uma construção social que uma dada cultura faz em relação a homens e mulheres, em nossa sociedade, pela forma como as relações vão se hierarquizando, por meio das expectativas que giram em torno de ser menina ou ser menino. Ao cruzar infância e gênero, podemos repensar as relações sociais e de gênero desiguais presentes em nossa sociedade.

---

<sup>3</sup> O movimento *#ConMisHijosNoTeMetas* se evidenciou em virtude do papel relevante que tiveram as redes sociais numa ação conjunta com grupos antigênero que surgiu no Peru, servindo para difundir durante suas manifestações contra a "ideologia de gênero". No Brasil o movimento utiliza bordão “meus filhos, minhas regras”, cunhado pelo Escola Sem Partido (Miguel, 2016).

Assim, neste trabalho, o cruzamento dos referenciais teóricos dos Estudos de Gênero e dos Estudos Sociais da Infância, nos leva a olhar para como as crianças mais do que se adaptar aos valores e as culturas de gênero que lhes têm sido impostas, resistem e reinventam, produzindo novas culturas e novos valores a partir dos contextos sociais nos quais estão inseridas, contribuindo para o rompimento com os estereótipos de gênero, hierarquizações e controles impostos pelas relações de poder patriarcais e conservadoras. Nos ajudam a construir olhares diferentes sobre as infâncias, buscando compreender seus interesses e formas de relações, rompendo-se com a visão das crianças como seres frágeis, carentes de proteção.

### **Infância no centro das ofensivas antigênero no Brasil**

Vivemos nos últimos anos um momento histórico de retrocessos, por meio de um cerceamento das políticas sociais. Estudos brasileiros sinalizam como o gênero vem sendo usado para a disseminação de pânico moral, em relação à educação das crianças e jovens, por aqueles que se expressam por partidos nacionalistas, sexistas, racistas, conservadores, neoliberais, aumentando os discursos públicos antigênero. (Miguel, 2016; Junqueira, 2018; 2020, Leite, 2019). O termo gênero passou a ser temido por muitas pessoas, especialmente com base em discursos conservadores de algumas alas religiosas, referendado por políticos de extrema direita, representantes de setores da sociedade civil.

Testemunhamos como o pânico moral amplia o seu alcance, pois já não produz apenas sujeitos e/ou práticas desejáveis ou indesejáveis em termos de gênero e sexualidade, mas polarizando a sexualidade e a infância, operando como um forte agente de políticas econômicas, jurídicas e culturais que definem projetos de nação (globais) redefinindo os limites da democracia (Gaitán; González, 2023). Grupos de movimentos conservadores 'antigênero', escoltados pelo discurso de proteção à família e às crianças, buscaram censurar a discussão da temática de gênero nos espaços educacionais, promovendo o entendimento de que gênero, desvirtuaria as crianças, promovendo a sexualização, o estímulo à homossexualidade e a destruição da família.

O crescimento das polêmicas neste campo, volta atenção ao fato de que as crianças estão no centro das cruzadas antigênero. A escola passa a ser um dos

principais alvos dessa ofensiva reacionária, colocada no centro do debate público, para deslegitimar a liberdade docente e desestabilizar seu caráter público e laico, como espaço da criticidade e da pluralidade, para o convívio cidadão e democrático (Miskolci, 2018; Junqueira, 2022).

Junto às crianças pequenas mantém-se um silenciamento sobre as questões relacionadas à sexualidade infantil, bem como sobre as relações de gênero e poder, negligenciando seus o direitos de ter uma educação que possa respeitar a sua subjetividade com base na equidade de gênero, além de omissão no que se refere a reflexão das verdades postas por uma sociedade patriarcal e conservadora (Borges; Graupe, 2023).

Desse modo, a necessidade de problematizar este contexto histórico e social trouxe a atenção para a infância no centro do discurso educacional, destacando um dos elementos-chave da relação entre educação, educação de gênero e crianças: a infância que é cada vez mais objeto de discórdia entre adultos, é de fato uma questão moral, envolvendo as questões de gênero e sexualidades.

Atrelar infância e gênero permite revelar como é que as crianças em contextos sociais, experienciam as possibilidades e os constrangimentos colocados pelos sistemas e estruturas sociais generificadas (Finco, 2010) e nos dá suporte e ferramentas críticas para enfrentar debates sobre mudanças importantes no campo da educação e na sociedade.

### **Participação infantil e as questões de gênero, para além da proteção**

Considerando a Infância como um grupo social de sujeitos ativos, que interpretam e agem no mundo, faz-se prioritário que nos voltemos para o direito da criança à participação e à cidadania, dando atenção às suas manifestações, buscando garantir-lhes espaços reais para participação e atuação no mundo social no qual estão inseridas, inclusive junto aos adultos.

No Brasil, legislações federais como Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), reafirmam o postulado de que a criança como Sujeito Histórico e de Direitos constrói sua identidade pessoal e coletiva, a partir das interações, relações e práticas sociais cotidianas que vivenciam na sociedade, entre o contexto educacional e o contexto familiar.

Em movimento concomitante a outros documentos mundiais, a criação da Convenção sobre os Direitos das Crianças - CDC (ONU, 1989), significa um importante instrumento jurídico, que busca de certa forma garantir o direito da criança, não somente à provisão e proteção, mas também à participação e à cidadania; reafirma a capacidade que as crianças têm de serem titulares de direitos e é um indicador do reconhecimento de sua capacidade de participação, abre possibilidades à participação infantil e ao seu envolvimento na tomada de decisão em contextos da sua vida diária (Soares, 2005).

Apesar de seus direitos conquistados nos documentos oficiais, a infância permanece ainda excluída da tomada de decisões na vida coletiva da sociedade na qual se insere. Discursos paternalistas, em nome da proteção à criança, agindo no “melhor interesse da criança”, negam-lhe o direito à opinar e decidir sobre questões que implicam sua vida diretamente, afirmando que estes direitos são fictícios e ilegítimos e que quando adultos tomam as decisões pela criança, buscam protegê-la dela mesma, de sua incompetência (Soares, 2005). Assim, quando acreditamos que compreendemos o “melhor interesse da criança” e decidimos por ela, sem ouvir suas perspectivas, cometemos uma grande injustiça, pois elas, as crianças, não conseguem modificar as condições que influenciam a negação de tais direitos.

O “bem-estar” da criança, conforme nos leva a refletir Leena Alanen (2010), tem se pautado a partir dos olhares dos adultos e para os adultos, sem que se dê ênfase à criança, uma vez que políticas do estado de bem-estar das crianças se esquecem das próprias crianças, adotando um olhar “adultista”, reafirmando proposições sobre a invisibilidade da criança, definida pelo que será no futuro e não pelo que é no presente. E, ao mesmo tempo que se defende a perspectiva dessa criança, como dependente da proteção do adulto e incapaz de assumir responsabilidades, defende-se, de forma quase antagônica, a perspectiva da criança como sujeito de direitos civis básicos, incluindo aí o direito de participação nas decisões que afetam as suas vidas.

O direito de participação da criança permanece oculto num discurso adulto pró-criança, marginalizador do paradigma das crianças como atores sociais e sujeitos de e com direitos. Desse modo Soares (2005), defende não somente o respeito às suas vulnerabilidades, mas também às suas competências, a fim de que o direito de participação não se perca em nome da proteção.

A participação infantil, portanto, é um fator decisivo e poderoso para combater a exclusão das cidadãs-crianças nos processos de negociação e tomada de decisão acerca dos seus cotidianos, com a desocultação de suas vozes. Desta forma, na tentativa de dar ênfase às “vozes” das crianças é preciso buscar compreendê-las, interessando-se pelo que pensam, e assim, compreender a complexidade dos mundos das crianças e as (re)apropriações que fazem do mundo que as rodeia (Trevisan, 2007).

A opinião das próprias crianças deve ser levada em conta para o desenvolvimento de projetos de ação social voltados para a infância e para sociedade da qual fazem parte (Pires, 2008), o que poderá contribuir para o fortalecimento de práticas que busquem o respeito às diferenças e a igualdade de gênero e de direitos, na busca pela justiça social, rompendo com os “silêncios”, com posturas sexistas e hierarquizadas no que se refere às relações de Gênero.

### **O olhar das crianças rompendo com os estereótipos de gênero**

A fim de olharmos para as expressões das crianças, meninas e meninos, suas manifestações e opiniões, apresentamos, alguns dados e resultados da pesquisa realizada a partir de dinâmica lúdica com um grupo de 33 crianças de uma pré-escola da rede de São Paulo - Brasil, com idade de 4 e 5 anos, divididas em grupos de 06 crianças aproximadamente, permitindo que meninas e meninos pudessem trazer suas percepções sobre seus sentimentos e emoções, sobre como suas vivências de gênero se fazem presentes em seus cotidianos. A dinâmica desenvolveu-se a partir de conversas com as crianças, divididas em pequenos grupos, instigadas pela leitura da história infantil “Meninos de Verdade” (Olten, 2014), que trata da problemática dos estereótipos de gênero e da oposição e hierarquização dos sentimentos e atitudes, entre meninas e meninos.

A produção de dados da pesquisa teve como base as questões presentes nos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana (São Paulo, 2016), documento que destaca as relações gênero como uma dimensão da qualidade educativa, trazendo o reconhecimento do papel fundamental da educação no que tange o combate a toda e qualquer forma de discriminação, assumindo o compromisso com a promoção da igualdade, na busca por romper com posturas

discriminatórias e sexistas, em defesa de uma Educação igualitária, com o respeito e valorização das diferenças.

Este documento, que trata da auto-avaliação institucional participativa na Educação Infantil da rede municipal de São Paulo<sup>4</sup>, serviu como balizador para a introdução do debate de gênero junto aos grupos participantes da pesquisa. A partir de questionamentos tais como: *“É garantido a todos os bebês e crianças expressarem seus sentimentos, emoções, atitudes, preferências, sem restrições por serem meninos ou meninas?”* (p.47), as crianças, aqui nomeadas ficticiamente, foram provocadas a manifestar suas opiniões e seus pensamentos sobre atitudes de gênero, relacionando-as às suas experiências, as quais envolvem familiares e amigos, expressando alternativas inteligentes para solucionar os problemas, na abordagem de sentimentos como medo, coragem, tristeza e choro, para além dos estereótipos impressos no livro, debatendo-as entre si:

*“Eu acho que é isso, as meninas são medrosas mesmo, choram e os meninos não”* (Pietro, 05 anos). *“Eu não concordo, as meninas não são assim, elas não são medrosas”* (Luisa, 05 anos). *“Eu choro. Meninos têm medo de monstros. Meninos também têm medo de fantasmas”* (Tomas, 04 anos).

Com seus olhares sensíveis, meninas e meninos, compartilharam, a partir de suas falas, como os sentimentos de medo, choro, tristeza e alegria, são expressões do sentimento humano que independem do gênero, questionando os discursos estereotipados:

*“Meninas dormem com bichinhos, mas os meninos também dormem”* (Ilana, 05 anos). *“Eles estão com medo, eu conheço muito bem essa cara de medo. Menina tem medo, até menino tem medo”* (Leandro, 05 anos). *“Quando eu fico feliz é porque estou brincando, e quando eu fico triste é porque eu estou sem amigos”* (Enio, 05 anos). *“Quando eu tenho vontade de fazer xixi, eu vou lá no banheiro, porque não tem nada para assustar a gente; os orixás estão protegendo a gente”* (Marta, 04 anos). *“A gente também chora de tanta emoção. Eu fico feliz quando minha mãe volta de viagem”* (Leandro, 05 anos).

---

<sup>4</sup> A Rede Municipal de Educação Infantil da cidade de São Paulo atualmente é composta por 2,5 mil creches da rede direta e indireta/parceira, que atende bebês e crianças de 0 a 03 anos de idade e 562 EMEIs as quais atendem crianças de 04 e 05 anos de idade, e conta com 577.588 crianças matriculadas.

A investigação nos revela que as crianças, ao trazerem suas percepções, mostram que sentem prazer em falar sobre si, sobre seus desejos e sentimentos, indicando o que é melhor para si, sendo que o desafio está em nós adultos/as, aprendermos a ouvi-las, com atenção e sensibilidade, a fim de possibilitar-lhes um espaço para compartilhar suas vivências e opiniões, desejos e sonhos, tristezas e felicidades, permitindo que independente do sexo, se manifestem de forma livre e confiante sobre o que pensam e sentem, a fim de que possam ser elas/eles mesmas/os.

As manifestações das crianças nos ajudam a problematizar os padrões normalizadores sociais que engessam os relacionamentos entre crianças e adultos, contribuindo para a desconstrução de estereótipos de gênero, além de problematizar as desigualdades e violências de gênero presentes no processo educativo das crianças pequenas. Elas apontam possibilidades de novas formas de pensamento e de relacionamentos em sociedade, e podem ser a chave para o fortalecimento do diálogo entre a instituição de Educação Infantil e as famílias, para que juntas possam discutir sobre as questões de gênero e sobre a qualidade da Educação Infantil, vislumbrando outras possibilidades para que as crianças possam expressar seus sentimentos e suas vontades, rompendo com binarismos e hierarquizações de gênero, a partir de seus olhares que se entrecruzam e nos apresentam novos desafios para uma educação compartilhada.

### **Gênero e os desafios de uma educação compartilhada: entre família e escola**

Com vistas em compreender as relações entre os diferentes atores que compõem o cenário educacional das instituições de Educação Infantil, trazemos também os dados de entrevistas realizadas com 05 famílias, que revelam os seus desejos, ideias, princípios, valores de gênero, em relação à educação de seus/suas filhos/as. Com base no documento Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana (São Paulo, 2016), que visa fortalecer a parceria e o diálogo entre a família e a instituição educacional, procurando dar voz aos diferentes segmentos que compõem a instituição de Educação Infantil, que passam, coletivamente, a ser responsáveis pelas decisões e encaminhamentos apresentados.

Trazemos, assim, uma reflexão sobre as questões de gênero presentes na relação entre famílias e instituições de Educação Infantil. Problematicamos a tensão presente na educação das crianças pequenas, considerando o desafio e a responsabilidade da educação compartilhada, a partir da realização de entrevistas com representantes de cinco famílias, caracterizadas como famílias nucleares, compostas por pai, mãe e um ou dois filhos/as, vivendo na mesma unidade doméstica. Sendo quatro mães: Regina, Clarice, Lourdes e Paula e um pai: Fabiano<sup>5</sup> que possuem uma participação ativa na instituição de Educação Infantil, fazendo parte do Conselho de Escola.

As entrevistas que nos ajudam a refletir sobre as relações entre famílias e a instituição de Educação Infantil, trazem seus olhares sobre questões que envolvem gênero na vida de seus/suas filhos/as, buscando conhecer e compreender as ideias, os desejos e valores acerca da educação de gênero. As famílias entrevistadas demonstram-se abertas aos desejos e curiosidades de suas/seus filhas/os, e revelam esforços para não reproduzir os estereótipos e escapar das normatividades de gênero na educação familiar. Mostram que se preocupam com as expectativas de gênero sobre suas/seus filhas/os. O fato de terem irmãos e irmãs na mesma família amplia as possibilidades de reflexão sobre as pressões sociais de gênero, seja porque as famílias comparam a educação entre as crianças, seja porque as próprias crianças questionam as distinções de gênero em seus processos de socialização. Percebem que as meninas têm menos restrições que os meninos, afirmando que *“é como se elas pudessem arriscar mais o universo considerado masculino”* (Mãe Regina), compartilhando suas preocupações de como é trabalhoso ter sempre que dar justificativas, quando as crianças fazem suas próprias escolhas e escapam dos binarismos de gênero.

O medo dos preconceitos de gênero pode justificar, segundo as famílias, a proteção das crianças, que leva à privação de suas diferentes experiências na infância. As pressões para que as famílias adequem a educação de seus/suas filhos/as às expectativas de gênero são fortes, elas representam a manutenção da hierarquização e da ordem patriarcal historicamente construída em nossa sociedade (Vianna; Finco, 2009). Porém, as famílias mostram sensibilidade e respeito com a

---

<sup>5</sup> Os nomes utilizados são fictícios.

questão, compartilhando suas percepções em relação aos gostos e preferências de suas/seus filhas/os, apontando a importância da diversidade de brinquedos oferecida para as crianças, reconhecendo que os adultos, geralmente, buscam enquadrar as crianças:

*Os dois tiveram bonecas de dormir e levavam para brincar na escola. Sempre tiveram carrinho também. A gente sempre trouxe preocupação de tratar de maneira igual nossos filhos. (Mãe Lourdes).*

*Desde pequeno, quando meu filho ia para a creche, usavam chupeta cor de rosa. Muitas pessoas me questionavam: “Mas, essa chupeta é dele mesmo”? Eu falava: “É”! - Alguém falava: “Ai gente, vai ver que quando ela foi comprar só tinha essa chupeta”! Eu falava: “Não, foi uma escolha ele ter uma chupeta cor de rosa”! Tentamos quebrar alguns padrões com eles. (Mãe Lourdes).*

*Me incomodava muito o fato da creche separar os brinquedos, as bonecas dos carrinhos, na hora de dar às crianças. ‘Bonecas’ para as meninas e ‘Carrinhos’ para os meninos. Talvez, pudessem pensar em outro jeito de ofertar, com os brinquedos misturados” (Mãe Clarice).*

*Minha filha reclamava que na hora de guardar os brinquedos, os meninos não ajudavam, não cooperavam. A gente levou esse episódio para a creche para aprofundar a questão com a creche, com as outras famílias. (Pai Fabiano).*

O uso dos banheiros unissex da instituição foi outro elemento trazido pelas famílias, ao expressarem suas concepções e valores de gênero. Afirmando que consideram uma boa ideia os banheiros mistos. As colocações das famílias sobre o uso de banheiros unissex na instituição de Educação Infantil demonstram a valorização de práticas educativas promotoras de respeito às crianças. Também destacam que compreendem isso como uma mudança processual, que envolve a necessidade de diálogo e respeito, apontando que a desconstrução dos preconceitos deve ser coletiva, num trabalho em conjunto com a escola:

*Super concordo com o banheiro misto para as crianças na escola, porque assim, a escola está pensando na criança. (Mãe Paula).*

*Na creche era assim também, todas as crianças juntas. É importante para eles desenvolverem um respeito mútuo, em relação à percepção de suas necessidades básicas. (Pai Fabiano).*

*Eu nunca tinha ido a um lugar com banheiro unissex. Quando vi o banheiro da escola unissex, pensei 'olha, que ousadas!' Achei elas maravilhosas, porque olham à frente do tempo! (Mãe Clarice).*

*Na reunião de acolhimento das famílias na escola, uma avó disse: 'A minha neta vai ficar num banheiro junto com os meninos?' A escola não julgou essa avó, mas tentou desconstruir sua opinião, mostrando um olhar diferenciado. A escola tem um peso muito grande quanto a coletividade, quanto o papel de trazer essa cultura, não só para as crianças, mas para toda a comunidade" (Mãe Paula).*

Os dados revelam percepções das famílias sobre as expectativas de gênero sofridas pelas crianças nos processos educativos. Ao conhecer suas preocupações e posicionamentos, podemos rever o bordão “*meus filhos, minhas regras*”, desconstruindo a visão de que essas famílias não estão abertas para o diálogo com a instituição de Educação Infantil, uma vez que demonstram possuir interesses em dialogar e participar da construção de um projeto educativo de qualidade para as crianças, partindo da perspectiva de que as famílias são interlocutoras fundamentais no processo de construção de um projeto de educação da primeira infância, colocando em evidência a importância de uma troca contínua e recíproca entre os diferentes contextos em que as crianças crescem.

A partir das manifestações das famílias entrevistadas, foi possível constatar que elas encontram-se abertas para o diálogo com a instituição de Educação Infantil. Conhecendo e discutindo seus pontos de vista, compartilhando experiências educativas que reflitam sobre as questões de gênero, inclusive sobre posturas ainda dicotomizadas e marcadas por estereótipos de gênero, presentes na educação das crianças, tanto em casa, quanto na instituição de Educação Infantil, e na sociedade de modo geral, coletivamente, familiares e profissionais docentes poderão se posicionar para combatê-las.

Famílias e profissionais docentes, desta forma, juntos, em parceria, a partir de olhares que se entrecruzam, se fortalecem para a defesa dos direitos da criança, para o bem-estar delas, a fim de garantir-lhes proteção, sem que se deixe de considerar seus interesses, vontades, desejos, contribuindo para o combate das desigualdades, discriminações e violências de gênero presentes junto às infâncias.

## **Considerações finais**

Os resultados da pesquisa indicam que as crianças são potentes vetores, condutoras intermediárias e transmissoras dos diálogos de gênero, pois compartilham com as famílias e com as professoras vivências e mensagens, que ora se afinam, ora se contradizem, propiciando que os/as adultos/as, possam conversar entre si sobre questões de gênero e sobre a qualidade da Educação Infantil, vislumbrando outras possibilidades para que as crianças possam expressar seus sentimentos, suas vontades e seus olhares. Indicam que, a partir da escuta às crianças, podem surgir diálogos francos e abertos e que, os conflitos de gênero surgidos, podem ser vistos como potencializadores de reflexões coletivas, essenciais para a construção de novas formas de pensamento, que ultrapassem os discursos de culpabilização, rompendo com silêncios existentes, problematizando as desigualdades de gênero presentes no processo educacional, dando ênfase ao respeito às diferenças das crianças.

Entre as pressões sociais, ofensivas antigênero, discursos conservadores e paternalistas, estão as expressões das crianças com todas as suas potencialidades, que nos ensinam, a partir de suas curiosidades e transgressões, que temos muito a aprender com elas. Os resultados da pesquisa reforçam a necessidade de se reconsiderar o olhar que se tem sobre as crianças, de retirá-las de uma posição de invisibilidade e de dependentes, a fim de possibilitar-lhes vivências que permitam a construção da autonomia, espaços para que se manifestem sobre suas reais necessidades e interesses, contribuindo para a constituição de identidades plurais de gênero e construção da cidadania da infância. Estar atentas/os às posturas e ações das crianças, aos seus questionamentos e curiosidades, permite-nos perceber que há outras possibilidades de vivenciar as relações de gênero, para além de preconceitos, sexismos e binarismos.

Diante de práticas sexistas, meninos e meninas, vivenciam conflitos de gênero, e buscam brechas para transgredir, para inventar e criar novas possibilidades de ser e estar no mundo; problematizam suas vidas, criam novas formas de relações. Meninas e meninos buscam estratégias diferenciadas para lidar com forças opressoras de nossa sociedade e procuram escapar das imposições dos adultos, manifestando-se de diferentes formas, em diferentes espaços, a partir de diferentes sentimentos, emoções e linguagens. Na construção da identidade de

gênero, as crianças possuem um papel ativo, mostram que nem sempre seguem as expectativas dos adultos, nos mostrando múltiplas formas de ser.

Os resultados ajudaram ainda a rever a ideia de que as famílias são um ponto dificultador para o desenvolvimento de um trabalho educativo de gênero na Educação Infantil. Para além da culpabilização, que recai sobre as famílias, a instituição de Educação Infantil pode estar aberta à escuta, construindo uma relação de confiança, a partir de diferentes olhares, culturas e contrapontos. As famílias indicam que acreditam que o diálogo é fundamental para a abordagem das questões de gênero, que há muitos olhares diferentes para essa abordagem, e se colocam abertas para refletir e participar da construção do projeto educativo das crianças. Entendem a importância da construção de um espaço de compreensão mútua entre as/os envolvidas/os no processo educacional, tornando-se a escola um local educativo, para promover relações em experiências humanas significativas. O fortalecimento do diálogo e da parceria entre a instituição de Educação Infantil e as famílias, pode possibilitar a troca entre os diferentes olhares e saberes dos atores que compõem o cenário educacional, no entrecruzamento das culturas infantis, familiares e escolares.

Destacamos por fim, a importância do oferecimento de um serviço para a infância, que considere o contexto em que se desenvolve, que seja capaz de acolher as imagens e as ideias que as famílias elaboram em relação a seus filhos, bem como as ideias que as próprias crianças elaboram sobre suas famílias, sobre si e sobre o mundo. O diálogo entre a instituição de Educação Infantil e famílias, com seus olhares e culturas que se entrecruzam, revelam um emaranhado de relações, envolvendo diferentes concepções e crenças que permeiam as práticas educativas cotidianas, e dão ênfase naquilo que as une, a centralidade educativa nas crianças e o respeito por suas singularidades e pluralidades.

### **Referências bibliográficas**

Alanen, Leena. (2010). Teoria do Bem-Estar das crianças. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v. 40, n. 141, p. 751-775, Set.-Dez

Borges, Thayse; Graupe, Mareli Eliane (2024). As brincadeiras na Educação Infantil possibilitam a construção da equidade de gênero? **Revista Contexto & Educação**, Editora Unijuí, Ano 39, n. 121.

Fernandes, Noeli Aparecida. (2021). **Um estudo sobre as relações de gênero na Educação Infantil**: o que as famílias têm a ver com isso? Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de São Paulo.

Fernandes, Noeli. A.; Finco, Daniela. (2022). Diálogos Necessários de Gênero: olhares e culturas que se entrecruzam na Educação Infantil. **Interacções**, Portugal 18(61), 233–257.

Finco, Daniela. (2020). O que nos ensinam meninas e meninos quando escapam das fronteiras de gênero? In: VIANNA, Cláudia P.; CARVALHO, Marília. (orgs.). **Gênero e Educação: 20 anos construindo conhecimento**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 147-162.

Finco, Daniela. (2010). **Educação Infantil, espaços de confronto e convívio com as diferenças**: análise das interações entre professoras e meninas e meninos que transgridem as fronteiras de gênero. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 216 p.

Gaitán, Ana Cecilia; González, Pilar Anastasía. (2023). “Presentación: Regulaciones sociales del género, la sexualidad y la edad: reflexiones sobre políticas, prácticas y discursos desde una perspectiva regional”. **Sexualidad, Salud y Sociedad** (Rio de Janeiro), n. 39, pp.1-9.

Junqueira, Rogério Diniz. (2022). **A invenção da “ideologia de gênero”**: um projeto reacionário de poder. Brasília: Letras Livres.

Leite, Vanessa. (2019). “Em defesa das crianças e da família”: Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. **Revista Latinoamericana de Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 32 - ago., pp.119-142.

Martínez Beterette, Wilma María. (2021). **Con mis hijos no te metas**: “Disputas y tensiones en torno a la implementación de la educación sexual integral”. Dissertation Publishing, (Master), Georgetown University.

Miguel, Luis Felipe. (2016) Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordça no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, vol. 7, núm. 15, 2016, pp. 590-621. Rio de Janeiro.

Miskolci, Richard. (2018). Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. **Cadernos Pagu**, (53).

Olten, Manuela. (2014). **Meninos de Verdade**. Campinas: São Paulo. Editora Saber e Ler.

Pires, Flávia. (2008). Pesquisando crianças e infâncias: abordagens teóricas para o estudo das (e com as) crianças. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 17, p. 133-151.

São Paulo. (2016). **Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana**. São Paulo: SME/DOT.

Scott, Joan Wallach. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.71-99, jul./dez.

Soares, Natália Fernandes. (2005). Os Direitos das Crianças nas Encruzilhadas da Proteção e da Participação. **Revista Zero a Seis**, Florianópolis, v. 7, n. 12, p. 8-18.

Trevisan, Gabriela de Pina. (2007). Amor e Afectos entre Crianças: A Construção Social de Sentimentos na Interação de Pares. In: DORNELLES, Leni Vieira (org.). **Produzindo Pedagogias Interculturais na Infância**. Petrópolis. Vozes, p. 41-70.

Vianna, Cláudia Pereira; Finco, Daniela. (2009). Meninas e meninos na Educação Infantil: uma questão de gênero e poder. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 33, p. 265-283, jul-dez.